
	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e</b>				Número da Nota 210
					Data e Hora de Emissão 08/06/2017 10:53:07
					Código de Verificação <b>JOT7020C</b>
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>					
<b>Razão Social:</b> OPINIAO PESQUISA E ASSESSORIA LTDA - ME <b>CPF / CNPJ:</b> 10.340.949/0001-94 <b>Inscrição Municipal:</b> 17 01 0686815-2 <b>Endereço:</b> AV.CANDIDO DE ABREU, 000427 CJ 1002 - BAIRRO: CENTRO CÍVICO <b>Tel.:</b> 41 - 30226665 <b>Município:</b> CURITIBA <b>UF:</b> PR <b>Email:</b> OPINIAOPESQUISAS@OPINIAOPESQUISAS.COM.BR					
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>					
<b>Nome/Razão Social:</b> EDMAR DE SOUZA ARRUDA <b>CPF / CNPJ:</b> 325.639.149-49 <b>IMU:</b> <b>Outro Doc.:</b> <b>Endereço:</b> CAMARA DOS DEPUTADOS - COMPLEMENTO: ANEXO IV GAB 962 - BAIRRO: PRAÇA DOS TRÊS PODERES - CEP: 70160900 <b>Município:</b> Brasília <b>UF:</b> DF <b>Email:</b>					
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>					
PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AUXÍLIO NO TRABALHO PARLAMENTAR REFERENTE A PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA QUANTITATIVA REALIZADA NO MÊS DE MAIO DE 2017 NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ, NAS CIDADES DE SARANDI, PAICANDU, MANDAGUAÇU E MARIALVA, COM 650 ENTREVISTAS AFIM DE OUVIR A OPINIÃO E PROPOSTAS DOS MESMOS ACERCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM DEBATE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À VISTA  Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 12.000,00					
<b>RECEBEMOS</b> <u>08 / 06 / 17</u> 					
<b>VALOR TOTAL DA NOTA - R\$12.000,00</b>					
Código da Atividade					
M.73.2.0-3/00-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública					
<b>Valor Total das Deduções (R\$)</b>	<b>Base de Cálculo (R\$)</b>	<b>Alíquota (%)</b>	<b>Valor do ISS (R\$)</b>	<b>Crédito p/ Abatimento do IPTU</b>	
0,00	12.000,00	5,00	600,00	90,00	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009. O crédito gerado estará disponível somente após o recolhimento do ISS desta NFS-e, exceto para os casos previstos no § 5º do Art. 10 da Lei 73/2009.					